

Venezuela - como sair do pântano



Por **LUIS BONILLA-MOLINA & OSVALDO COGGIOLA***

A invasão estadunidense violou a soberania venezuelana, mas também escancarou a crise de um governo que há muito traiu sua base e reprime a própria esquerda

1.

Passado já quase um mês do ataque dos EUA contra a Venezuela, que incorpora diretamente a América Latina a um cenário de guerra imperialista que se desenvolve em quase todos os continentes, a reação popular suscitada pelos acontecimentos está, por enquanto, bem aquém de sua gravidade, sem falar no apoio que governos direitistas latino-americanos prestaram, sem a menor vergonha, ao ataque e à violação da soberania nacional e continental.

Na Venezuela dominam o estupor e a confusão. Em Cuba, país mais diretamente afetado pela transformação da pátria de Bolívar em protetorado colonial norte-americano, que perdeu 32 cidadãos combatentes no teatro da escalada, as mobilizações tiveram mais um caráter oficial imposto pelo governo, distando de uma autêntica mobilização popular.

Um amigo cubano nos confiou que domina a “preocupação com um possível ataque, que não decorre de uma atitude militante, e sim da típica ansiedade do civil em relação a uma possível guerra. E outra preocupação que, inacreditavelmente, surgiu entre os jovens: o que foi feito de Maduro foi necessário”.

No Brasil, em 17 de janeiro houve uma plenária convocada pelas principais forças de esquerda para organizar a luta contra a agressão ianque e pela libertação de Maduro e sua esposa e deputada Cília. Foi aprovado um dia continental de luta nas ruas (para o 28 de janeiro, pois a data comemora 12 anos da proclamação da CELAC: “América latina como zona de paz”) pela “liberdade de Maduro e Cília, já! Fora Trump, somos Zona de Paz”. Em 3 de fevereiro haverá mobilizações em todo continente, e também será um dia mundial de luta que se manterá todos os dias 3 de cada mês.

A mobilização, que deve imperativamente ser unitária, não nos poupa de analisarmos o caráter da situação criada na Venezuela com a agressão militar, que propicia uma transição política favorável ao imperialismo, de projeção continental, inclusive no Brasil. Em 3 de janeiro, os venezuelanos acordaram com o estrondo de explosões, o zumbido de helicópteros de ataque e o ruído de aeronaves de última geração.

Pela primeira vez na história da América do Sul, os Estados Unidos invadiram diretamente o território de uma de nossas nações, deixando um rastro de caos e destruição em menos de duas horas de operação. Aqueles que apoiaram o ataque americano para depor Maduro do poder viram sua ilusão desfeita, pois acreditavam que o ataque afetaria apenas os membros da cúpula do governo; os mais de 100 mortos eram todos filhos e filhas de trabalhadores, pessoas comuns. Nenhum indivíduo rico morreu, como sempre acontece são os pobres os que sofrem as consequências da guerra. A dor dessa perda de vidas uniu todos os venezuelanos.

2.

Aqueles que acreditavam que um ataque americano em solo venezuelano seria equivalente a um novo Vietnã, tiveram que suportar a vergonha de testemunhar a maior derrota e humilhação sofrida pelo exército venezuelano em sua história, com consequências ainda mais desastrosas do que a perda da Primeira República para os espanhóis, pois naquela época a resistência se reorganizou rapidamente e retomou a luta pela independência nacional.

Isso não acontece hoje; pelo contrário, vergonhosamente, a cúpula militar alega que o ocorrido foi o triunfo da diplomacia sobre as armas, numa aceitação tácita das tentativas de transformar a República em colônia. O ataque americano não só ocorreu sem baixas em suas tropas, como também permitiu que ameaçassem um segundo ataque, mais letal, fazendo com que o discurso da cúpula militar abandonasse rapidamente toda a retórica anti-imperialista.

Hoje, muitos venezuelanos se perguntam se, em meio à difícil conjuntura econômica, forças armadas desse tipo são necessárias, se o volume de gastos militares se justifica num país onde professores precisam ir à sala de aula com as solas dos sapatos rasgadas.

Mas naquele dia, a ordem jurídica internacional também se dissolveu, como se um dos mísseis usados tivesse atingido os próprios alicerces da coexistência, o direito e os órgãos judiciais multilaterais. O presidente Nicolás Maduro e a congressista Cilia Flores foram algemados, sequestrados e levados para Nova York, violando, além da soberania nacional venezuelana, a imunidade de seus cargos e submetendo-os ao sistema judiciário de um país estrangeiro.

Algemados, com sinais de terem sofrido violência durante o sequestro, foram exibidos como troféus de guerra, transformados em prisioneiros; as acusações contra eles foram lidas por um tribunal que defende a lei estadunidense e para quem a Venezuela é apenas um lugar. O julgamento começou, e fala-se da necessidade de devido processo legal, como se um ato que viola o direito internacional precisasse ser legitimado. A única opção humanitária diante do sequestro é a libertação; não há outra.

Sabemos que o governo de Nicolás Maduro representou o pior infortúnio para a classe trabalhadora na história republicana da Venezuela, um regime que interveio, cooptou e submeteu as lideranças dos partidos de esquerda a decisões judiciais, proibiu o direito à greve, apagou a noção de direitos adquiridos como parte da negociação coletiva, destruiu os salários reduzindo o salário mínimo a meros US\$ 0,40 por mês e estabelecendo um teto máximo de renda de US\$ 160 por mês (bônus, não salário) e, desde 2018, impediu a legalização de sindicatos independentes e, na prática, proibiu o direito à greve.

Embora as sanções econômicas tenham afetado a economia e a renda do país, o sofrimento da classe trabalhadora começou antes de 2017, ano em que foram impostas as Medidas Coercitivas Unilaterais contra o comércio internacional venezuelano.

3.

O que ocorreu nos últimos anos na Venezuela foi uma brutal transferência da riqueza nacional para o setor bancário e financeiro, para a velha classe dominante e para a nova burguesia bolivariana. Em proporção direta ao aumento da receita do país com a extraordinária venda de petróleo aos Estados Unidos devido à guerra na Ucrânia, a renda salarial caiu; a curva de renda do país foi inversamente proporcional à queda dos salários e da renda da classe trabalhadora.

Mas Nicolás Maduro é, acima de tudo, um venezuelano, um latino-americano, que só deve ser julgado em seu próprio país e sob suas leis nacionais. É o povo venezuelano que deve decidir seu futuro político, e nunca qualquer potência estrangeira.

É impossível exigir o cumprimento do direito internacional para o presidente Nicolás Maduro e sua esposa sem examinar a

situação jurídica da classe trabalhadora e dos cidadãos em geral no país. Somente no último ano, mais de duas mil pessoas foram presas pelo crime de expressar opiniões contrárias ao governo, acusadas de incitar o ódio e conspirar contra o Estado. Ser membro da oposição na Venezuela representa um risco para a liberdade individual, a paz familiar e a própria vida.

O Ministro do Interior, Diosdado Cabello Rondón, cunhou o termo “tum tum” (bater à porta), popularizando a operação policial que ocorre nas primeiras horas da manhã nas casas de membros da oposição, sem mandado ou medidas cautelares, sem acusações formais, que resulta em prisões. É aí que começa o calvário para as famílias, que vasculham todos os centros de detenção, delegacias, tribunais e promotorias, implorando por informações sobre seus entes queridos, apenas para ouvir: “Não temos informações sobre esse caso”.

Muitos permanecem em estado de desaparecimento forçado por semanas ou até meses, até que se reconheça que estão detidos, sem que nenhuma acusação seja formalizada. Mesmo em casos como o de Enrique Márquez (ex-candidato à presidência e porta-voz da Frente Popular Democrática), alegou-se, após vários meses de seu desaparecimento, que “ele não foi detido, mas sim convidado a conversar”. Na grande maioria dos casos, não lhes é permitido contratar um advogado particular para defendê-los e tentar localizar o processo, sendo-lhes atribuído um defensor público, ou seja, um profissional do direito que trabalha para o governo que os prendeu.

4.

Essa situação, descrita pelas famílias dos detidos como sequestro, afetou mulheres, menores e trabalhadores. Um caso é mais bizarro que o outro: Félix Gustavo Montoya, um aposentado de 72 anos, foi preso em Calabozo, no estado de Guárico, acusado de traição por pichar grafites contra o governo; Luis Óscar Rondón Rodríguez, preso em 29 de julho de 2024 (após as eleições), foi espancado pelo “crime” de estar no lugar errado na hora errada; Juan Valero, um eletricitista, está preso há um ano sem justa causa; Juan Francisco Alvarado, um estudante de comunicação, foi preso por denunciar apagões em sua comunidade pelo próprio aplicativo criado pelo governo para esse fim e condenado a 15 anos de prisão.

Existem centenas de casos de prisões arbitrárias, sentenças desproporcionais e infundadas, julgamentos sem o devido processo legal, prisões sem ordem judicial ou acusação formal, sem garantias processuais, a maioria dos quais ocorreu desde 29 de julho de 2024.

Muitos dos detidos simplesmente haviam publicado algo crítico ao governo em suas redes sociais, algo comum em qualquer lugar do mundo. Antes de 3 de janeiro, o governo não reconhecia a existência de presos políticos (pessoas comuns detidas por expressarem opiniões contrárias aos resultados das eleições ou às políticas governamentais) e cidadãos ainda desaparecidos.

Foi preciso que Donald Trump, após anunciar sua intenção de transformar a Venezuela em uma colônia, pedisse o fechamento de El Helicoide (uma prisão para opositores do governo, local denunciado pelo uso de tortura) e a libertação de presos políticos, para que o presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, falasse em uma libertação em massa de mais de 400 detidos – ele agora afirma que o número chegou a 626 – e na revisão de mais casos.

No entanto, o Comitê para a Liberdade dos Ativistas Sociais alertou, em 23 de janeiro de 2026, que apenas 172 cidadãos haviam sido libertados sob fiança. Outras organizações de direitos humanos e sindicais, como Provea, Laboratório de Paz, Sindicato Nacional de Trabalhadores da Imprensa, Espaço Público, COFAVIC, confirmam isto.

O Fórum Penal, uma ONG de direitos humanos, relata que, após os eventos de 3 de janeiro de 2026, o número de detidos aumentou em decorrência da aplicação do Artigo 5º do Decreto de Comoção Externa, publicado após o sequestro de Maduro e sua esposa. Em outras palavras, está sendo aplicada uma espécie de porta giratória: enquanto alguns são libertados, outros são detidos. As acusações geralmente são de incitação ao ódio, traição ou conspiração.

Desde a publicação do decreto, autoridades militares e policiais, juntamente com agentes de inteligência disfarçados de membros de grupos armados pró-governo, têm revistado celulares nas ruas em busca de qualquer crítica ao governo, que consideram prova de que os indivíduos estariam incriminados por uma das acusações mencionadas. Muitos cidadãos estão saindo de casa sem seus celulares para evitar detenções arbitrárias.

5.

Enrique Márquez (detido há mais de um ano), Nicmer Evans (cientista político, diretor do veículo de mídia alternativa Punto de Corte e ex-membro da Marea Socialista) e uma longa lista de presos começaram a ser libertados, mas muitos outros permanecem detidos por motivos políticos. Centenas de líderes sociais e sindicais, moradores de bairros pobres cujo único crime foi publicar críticas a Nicolás Maduro, ainda estão presos.

Muitos desses indivíduos são relativamente desconhecidos na mídia, invisíveis para a grande imprensa, e suas mães, esposas e filhos estão realizando vigílias em frente aos centros de detenção. Surgentes, uma ONG que denunciou amplamente o ataque dos EUA à Venezuela, relata que a luta das mães pela liberdade de seus filhos presos está crescendo, exigindo uma verdadeira anistia geral e a libertação de todos os detidos.

Seria um ato de cinismo político exigir o devido processo legal para o presidente Maduro sem exigir o mesmo para os milhares de venezuelanos que vivenciam em primeira mão o desrespeito à lei. Um ato de racionalidade e inteligência política por parte do quarteto que lidera o governo interino (Delcy e Jorge Rodríguez, Diosdado Cabello e Vladimir Padrino) seria abrir as portas de todos os centros de detenção de presos políticos. Esse gesto contribuiria para alimentar o sentimento nacional anti-imperialista para enfrentar o inimigo da pátria.

O bloqueio naval e militar dos EUA às costas venezuelanas, em curso desde agosto de 2025, juntamente com a manipulação da mídia internacional e o *soft power* estadunidense nos últimos anos, busca retratar a Venezuela como uma nação dividida entre bolivarianos (chavistas e apoiadores de Maduro) e a direita democrática.

Essa polarização visa obscurecer a existência da oposição de esquerda, ou seja, excluir a esquerda da equação política para a resolução do conflito. Na esfera midiática eles obtiveram grande sucesso, pois hoje muitos, no exterior, se surpreendem quando lhes dizemos que a verdadeira esquerda na Venezuela não é composta por apoiadores de Nicolás Maduro.

A razão para esse ocultamento deliberado, compartilhado pelo imperialismo e pelo governo venezuelano, é que as classes dominantes sabem que será muito difícil restaurar o padrão de vida e os salários da população aos níveis de 2013 ou 1982, como prometeram recentemente, especialmente após a violação da soberania pelas forças militares dos EUA. Isso colocou o descontentamento, a rebelião e a agitação social no horizonte da política nacional. Isolar a esquerda visa impedi-la de ganhar influência nesse cenário.

Nos últimos anos, mesmo num contexto de severas limitações às liberdades políticas, desenvolveu-se uma ampla oposição de esquerda, que engloba o PCV Dignidade, o PPT, a corrente COMUNES, a Maré Socialista, o Partido Socialismo e Liberdade, o Bloco Histórico e outros movimentos. Simultaneamente, a classe trabalhadora tem reconstruído os seus mecanismos de organização e luta, sobretudo através do Comité Nacional dos Trabalhadores em Luta (CNCTL) e do pacto de unidade finalmente assinado por todas as principais federações operárias em 12 de dezembro de 2025

6.

Essa realidade preocupa a burguesia (tanto da Quarta quanto da Quinta República) e os Estados Unidos, que bloquearam a divulgação de suas atividades na grande mídia, e sua presença sofre os rigores da exclusão algorítmica nas redes sociais. Tanto o governo de Nicolás Maduro - e agora o de Delcy Rodríguez - quanto os Estados Unidos, ao se referirem à oposição, fazem-no apenas no sentido de mencionar a direita, tanto a cooptada pelo governo quanto a liderada por María

a terra é redonda

Corina Machado.

Eles imaginam que, se impedirem a existência da oposição de esquerda de ser divulgada, ela desaparecerá. Trata-se de um tremendo erro de cálculo. A esquerda tem vasta experiência em sobreviver sob regimes autoritários e ditatoriais e começou a reconstruir sua relação com o movimento social que resiste à polarização.

Mas a negação da existência de uma oposição de esquerda na Venezuela não é uma posição defendida apenas pelo governo, pelo imperialismo estadunidense e pela direita local e global; um setor da esquerda global preferiu ignorar isso, agarrando-se ao conforto do pensamento binário e atribuindo ao regime de Nicolás Maduro um caráter revolucionário e anti-imperialista que ele abandonou na prática há muito tempo.

A verdade é que o governo venezuelano perdeu seu caráter de esquerda há muito tempo, mesmo mantendo elementos retóricos, enquanto implementava um pacote neoliberal e negociava um estatuto semicolonial com os Estados Unidos. O ápice dessa dualidade esquizofrênica foi o encontro em Caracas, a cidade bombardeada, entre a presidente interina e a liderança do governo venezuelano com o diretor da CIA – justamente a pessoa responsável por orquestrar o atentado de 3 de janeiro e o sequestro de Nicolás Maduro.

É estarrecedor que a esquerda não compreenda que o que importa é estar ao lado daqueles que vivenciam as dificuldades da classe trabalhadora, e não calcular quantos governos se identificam como de direita e quantos como progressistas; a política do povo não é um jogo de monopólio. De fato, enquanto o líder da Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores (CBST), burocrática e alinhada aos patrões, jamais liderou uma greve em defesa da classe trabalhadora, dezenas de líderes sindicais de base na Venezuela estão atualmente presos ou sujeitos a medidas restritivas de liberdade, simplesmente por ousarem exigir aumentos salariais e o direito à greve.

Em seus próprios países, os membros dessas organizações de esquerda não se calariam diante de cortes salariais ou da repressão aos movimentos sociais. É um papel lamentável desempenhado por essa esquerda que, por meio de omissão consciente, contribui para obscurecer a existência de uma oposição de esquerda na Venezuela.

A esquerda enfrenta a tarefa de organizar a resistência contra os avanços do fascismo, da extrema-direita e do imperialismo, construindo alianças anti-imperialistas inclusive em escala global, sem obscurecer a verdadeira situação da classe trabalhadora venezuelana. Devemos promover a unidade de ação, exigindo a restauração dos direitos democráticos básicos da classe trabalhadora, pois os únicos que se beneficiam da falta de organização autônoma dos trabalhadores são o capitalismo e o imperialismo.

Uma política desta natureza, longe de enfraquecer, fortaleceria a mobilização unitária anti-imperialista, ao dotá-la da única levedura que pode lhe dar consistência e continuidade: a perspectiva da unidade na luta dos trabalhadores e povos oprimidos da América Latina e do mundo inteiro.

***Luis Bonilla-Molina** é professor de pedagogia na Universidad Nacional Experimental de la Gran Caracas (UNEXCA).

***Osvaldo Coggiola** é professor titular no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de Teoria econômica marxista: uma introdução (Boitempo). [<https://amzn.to/3tkGFRo>]

a terra é redonda

existe graças aos nossos leitores e apoiadores

Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**

A Terra é Redonda